

1
2
3 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
4 REUNIÃO ORDINÁRIA – 07 DE NOVEMBRO/2002
5

6 Aos sete dias do mês de novembro de 2002, às nove horas e quarenta minutos, na sala de
7 reuniões(sala 42) da SES-TO, deu-se início à Reunião Ordinária da COMISSÃO INTERGESTORES
8 BIPARTITE, pelo Senhor Presidente Henrique B. Furtado acompanhado pelo Presidente Substituto
9 Moisés Costa Lima, com as presenças **SES:** Rosicler Lopes Ribeiro Guimarães/ Diretoria de Saúde,
10 Liliana Rosicler T. Nunes Fava/ Diretoria de Vigilância à Saúde, Glauco José de Souza Oliveira/
11 Assessoria de Ciência e Tecnologia, Adriane Feitosa Valadares/ Vigilância Ambiental **COSEMS:** José
12 Gastão Almada Neder SMS/Palmas, Furtunato Soares Barros-SMS/Gurupi, Mário Augusto dos Anjos
13 -SMS/Cristalândia, José da Silva-SMS/ Augustinópolis, Cláudio Troncoso-SMS/ Araguaína
14 **SUPLENTE:** Eliane Bastos Sousa Representante- SMS/Colinas **Convidados:** Ednalva Maria
15 Gomes- Saúde do Trabalhador/SES , Terezinha de Jesus Pinheiro Franco- Projetos Especiais/SES
16 Maria José de Souza P. Oliveira/Miracema, Maria Gerusa R. Santos/ Paraíso, Getúlio Fontoura
17 Carvalho/ Porto Nacional, Ednaldo dos Santos /FUNASA. O Presidente Substituto Moisés Costa
18 Lima faz a apresentação do Secretário Estadual de Saúde Dr. Henrique Barsanulfo Furtado que
19 cumprimenta todos os presentes e fala sobre a missão que lhe foi incumbida ao assumir a SES e se
20 coloca à disposição de todos para o melhor andamento dos projetos; neste momento o Secretário
21 passa a execução da reunião ao Sr. Moisés Costa Lima e pede a todos os presentes que se
22 apresentem para que possa identificá-los. Moisés agradece a condução da reunião, a presença dos
23 parceiros e procede a leitura da pauta ITEM 01: ACRÉSCIMO DE RECURSO DO TETO
24 FINANCEIRO DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS- (DENGUE); ITEM 02 - PLANO
25 ESTADUAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR; ITEM 03- MONITORAMENTO DAS EQUIPES DE
26 SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA CUMPRIMENTO DAS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE:
27 2167/01; 2332/02; 1995/02 e 1996/02 ;INFORMES; ASSUNTOS GERAIS. A referida foi aprovada
28 com inclusão de alguns informes sobre Doença de Chagas, Tuberculose e Hanseníase. O Secretário
29 faz observação sobre a Doença de Chagas acrescentando que é preciso fazer uma análise se todos
30 os Chagásicos do Estado fazem o tratamento etiológico da doença pois, mesmo com a enfermidade
31 considerada erradicada em nosso Estado os pacientes terão que tomar a medicação para erradicar
32 também o agente etiológico. ITEM 01: ACRÉSCIMO DE RECURSO DO TETO FINANCEIRO DE
33 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS- (DENGUE) Adriane Feitosa Valadares faz uma
34 recapitulação da reunião anterior que tratou da Portaria 1349/02, que regulamenta que os
35 municípios que comprovarem gastos de mais de 70% do recurso do teto exclusivamente com

36 contratação de agentes da dengue iriam receber um acréscimo financeiro; A técnica ressalta a
37 realização de uma investigação nos estados da região norte para que este percentual fosse
38 reduzido para 50% e ficou acordado que os municípios considerados prioritários apresentariam hoje
39 a comprovação destes gastos. Após, a última reunião dia 16/11 saiu a alteração da portaria 1349/02
40 a portaria 1909/02 que estabelece a redução do percentual de gastos com contratação de agentes
41 da dengue de 70% para 50% e a inclusão do agravo da malária. A expositora afirma que foi
42 enviado para Brasília uma preliminar da distribuição dos percentuais por município das despesas
43 com os agentes e que o percentual concreto sairá hoje, acrescenta que os municípios terão que
44 comprovar os gastos. Dr. Gastão A. Neder afirma que a ata está prejudicada em diversos pontos e
45 afirma que ficou pactuado o prazo de trinta dias para que os municípios apresentem a comprovação
46 dos gastos. Cláudio Troncoso Vilas- reclama sobre o envio de material a ser apreciado, afirmando
47 que não cumpre uma antecedência mínima de 10 dias não podendo tomar conhecimento do mesmo
48 somente na hora da reunião e atribui a responsabilidade às áreas técnicas da SES. Moisés Costa
49 Lima afirma que o acordado é que o envio do material seja realizado com a antecedência
50 estabelecida anteriormente e que se os secretários não tiverem o conhecimento prévio das proposta
51 apresentadas não poderão apreciá-las. A Secretaria Executiva da CIB afirmou que recebeu o
52 material um dia antes da reunião não podendo enviá-los a tempo. Neste momento foi determinado
53 que se o material a ser apreciado não chegar com a antecedência determinada a SEXEC/CIB não
54 deverá colocá-lo em pauta. Dr. Gastão se posiciona em relação ao Projeto de Saúde do
55 Trabalhador que será preciso uma discussão maior já que outros municípios além de Araguaína
56 necessitam de uma regional. Ainda em relação ao ITEM 01 Dr. Gastão reclama sobre o erro da ata
57 que não consta o prazo para os municípios prioritários. Dr. Furtunato acrescenta que a princípio
58 seria levado em consideração todo o pessoal envolvido com a dengue e depois foi colocado que
59 seria somente o pessoal contratado para esse serviço dessa forma o seu percentual caiu de 60%
60 para 30 % com isso foi proposto na reunião anterior o prazo de 60 dias sendo aprovado 30 dias.
61 Neste momento Glauco José S. Oliveira sugere que se faça uma leitura da ata para que se
62 acrescente as pactuações de forma correta e a correção de demais erros encontrados, sendo aceito
63 por todos. Após a leitura ficaram aprovadas as alterações encaminhada a Secretaria Executiva da
64 CIB para as devidas alterações : Ata CIB 15/10/02 Linha 21: "foram analisados cada percentual e foi
65 estabelecido o prazo de trinta dias para a adequação dos municípios as exigências do Ministério da Saúde".
66 Mário Augusto dos Anjos afirma que ficou determinado que os municípios que apresentarem a
67 documentação justificando a contratação da equipe de controle da Dengue seriam enviadas ao MS
68 até o dia 18/11 e seriam informados aos municípios que teriam até a próxima reunião para
69 apresentarem conforme consta na ata e não o prazo de 30 dias e que somente o município de
70 Araguaína apresentou documentação mas não da forma que estabelece a portaria. Dr. Gastão

71 afirma que tem um gasto mensal de R\$ 145,00(Cento e quarenta e cinco reais) por agente de saúde
72 para execução das ações de combate á dengue. Dr. Henrique Furtado pede que a diretoria faça
73 uma consulta ao Ministério da Saúde, para verificar este modelo de combate a doença onde os
74 agente de Palmas acumulam funções de agentes de Saúde e da dengue é aceito para aumento de
75 teto . Dr. Ednaldo/ FUNASA afirma que o MS já tem conhecimento, e que após a descentralização
76 dos serviços da FUNASA surgiram vários modelos de combate a doença, mas que o MS através das
77 áreas técnicas têm questionado esses serviços e a solução no momento é realmente o acréscimo do
78 teto. O município de Colinas através da Representante Eliane Bastos Sousa apresenta relatório que
79 conforme reunião anterior seria apreciado hoje, o documento que solicita revisão do teto, uma vez
80 que o número de 7.000 domicílios levantados pelo IBGE é na verdade cerca de 10.000, e o
81 preconizado seria 11 agentes, sendo que já contam com 15 agentes fazendo um total de 18 com
82 pessoal da FUNASA. A representante questiona se será possível atualizar os dados e se com
83 isso o município será contemplado com o acréscimo do teto. Dr. Ednaldo/ FUNASA complementa
84 que os dados são do IBGE e o município terá que comprovar e atualizar estes dados no sistema de
85 informação. Dr. Henrique acrescenta que logo que o município conseguir atualizar esses dados e
86 enviar ofício a SES poderá ser revisto esta situação. Adriane Feitosa Valadares apresenta a
87 planilha de distribuição de equipamentos e veículos do Programa Nacional de Controle da Dengue
88 para os municípios prioritários já que se tratava de planilha ministerial foram sendo aprovados por
89 todos os presentes da seguinte distribuição: Araguaína, Araguatins, Colinas, Gurupi e Guaraí (01
90 motocicleta) Palmas 04 motos e 03 Cabine Dupla e a SES receberá um veículo e um computador,
91 ficando a máquina de triturar pneus para a próxima reunião. Voltando ainda ao ITEM 01, fica
92 aprovado que a acréscimo ao Teto seria pôr critério populacional e que até a próxima reunião seria
93 apresentada proposta para os 139 municípios . ITEM 02 - PLANO ESTADUAL DE SAÚDE DO
94 TRABALHADOR - Ednalva Maria Gomes- Saúde do Trabalhador apresenta o Projeto Saúde do
95 Trabalhador, conforme portaria GM 1679/02, acrescenta que para a elaboração do Plano teve que
96 ser feito um levantamento de dados que dependia de outras secretarias e vários setores da SES que
97 vai da Atenção Básica a Alta Complexidade, para isto, foi necessária a assessoria do MS,
98 representantes do COSEMS e uma comissão criada pela SES. Ednalva esclarece que a portaria
99 define a estruturação da Rede Nacional de Assistência Integral á Saúde do Trabalhador para
100 implantação de centro de referências, esclarece ainda que não se trata de um centro de atendimento
101 e sim um centro de coordenação de todas as políticas de Saúde do Trabalhador no Estado, que
102 seriam responsáveis por capacitações de técnicos e por todos os levantamentos de dados para
103 formação dos profissionais nessa área, para diagnóstico e indicação do tratamento, servirá para
104 estruturação dos serviços do SUS para atendimento ao trabalhador. Nuccia Raquel B.
105 Rodrigues/SES apresenta um resumo da elaboração do Plano que deverá seguir o PDR (Plano

106 Diretor de Regionalização) e explica que a portaria contemplava apenas um Centro de Assistência
107 mas devido a situação geográfica do Estado vai ser criado um centro regional que ficará em
108 Araguaína; para isso, será preciso enviar uma justificativa sobre a necessidade da criação de Centro
109 Regional; Liliansa complementa que o Estado terá 20 módulos assistenciais e não somente Palmas e
110 Araguaína que ficarão com a coordenação destes módulos. Após a apresentação ficou aprovado o
111 Plano Estadual de Saúde do Trabalhador que será encaminhado ao MS é até o dia 16/11 e que os
112 municípios enviarão sugestões ao Plano que serão analisadas e avaliadas na próxima reunião. ITEM
113 03- MONITORAMENTO DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA CUMPRIMENTO DAS
114 PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 2167/01; 2332/02; 1995/02 E 1996/02 ; Linvalda H. de
115 Araújo/Coordenadora PACS/PSF Faz a apresentação das portarias supracitadas sobre o
116 monitoramento das equipes de PACS/PSF, realizado em maio cuja apresentação foi realizada em
117 setembro, e apresenta as irregularidade graves como a falta de profissionais e em relação a carga
118 horária; A expositora explica que foram avaliados 202 ESF e foram encontradas irregularidade em
119 84 equipes, das quais 18 apresentaram irregularidades graves e 66 se encontram com
120 irregularidades em relação a carga horária; a coordenação já notificou os municípios, inclusive os
121 considerados com falhas graves como: Araguatins, Augustinópolis, Cachoeirinha, Colméia, Dois
122 irmão, Goiatins, Novo Jardim, Porto Nacional onde foi constatado falta de profissionais. Todos os
123 municípios foram contatados e os que não cumprirem as recomendações terão sua qualificação
124 suspensa. Em relação á carga horária, os municípios serão notificados e receberão um prazo para
125 reorganização; Em seguida pede a aprovação da CIB para os municípios que estão em
126 conformidade com a documentação que comprovam a regularização da situação das Equipes de
127 Saúde da Família/Saúde Bucal do PSF para a reestruturação: Alvorada, Augustinópolis, Colméia,
128 Goiatins, Novo Jardim. É apresentado o pedido de ampliação das equipes de saúde da Família
129 (1ESF) nos seguintes municípios : Arapoema, Palmeirópolis, Taguatinga, Lizarda , como também a
130 inclusão das equipes de Saúde Bucal nos seguintes municípios: Palmeirópolis, Dueré. ITEM 04-
131 INFORMES- O SMS de Augustinópolis José da Silva solicita a atenção da SES em relação a
132 distribuição dos insumos em geral como os imunobiológicos, uma vez que os municípios tem que se
133 deslocar até Palmas tornando-se muito distante e não podendo manter a regularidade do estoque,
134 em virtude disso, pede que seja visto a possibilidade de ser transferida para Araguaína a distribuição
135 destes. Dr. Henrique Furtado afirma que esta questão será revista e que o município oficialize o
136 pedido para ser tomada as providência. Marleide Aurélio Silva faz o informe sobre Tuberculose e o
137 incentivo do diagnóstico para a cura da doença, que vai até o dia 19/11; informa ainda que os
138 municípios poderão entregar o Termo de Adesão. Sobre Haseníase também terá um incentivo onde
139 o Estado receberá R\$60,00 (Sessenta reais) para cada notificação onde R\$ 50 será para os
140 municípios em cada diagnóstico e R\$ 10,00 (Dez reais) para a SES, respeitando os critério,os

141 municípios terão até 30 dias para aderirem a esse incentivo. Anália Celencina Fagundes Gomes
142 fala sobre o certificado de erradicação da doença de Chagas no Estado do Tocantins, que será
143 emitido em marco de 2003 pela Comissão Intergovernamental dos Países do Cone Sul- OPAS-
144 OMS; Informa sobre a etapa Brasil de erradicação da Doença de Chagas, quando serão coletados
145 amostra em 56 municípios. Claudio Troncoso Vilas registra aplausos a sua equipe de CCZ pelo
146 excelente trabalho, que recebe os parabéns também do Secretário Dr. Henrique Furtado. Dr.
147 Furtunado S. Barros registra agradecimentos ao trabalho do Ex. Secretário Dr. Eduardo Medrado,
148 pelo trabalho realizado em todo o período que esteve a frente da SES. Nada mais havendo a tratar.
149 O Presidente declarou encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata que, depois de
150 lida assinada e aprovada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

Anália Celencina Fagundes Gomes

Henrique Furtado - Secretário

Mário Augusto Pereira - Presidente